



Freire propôs que o piso para o 'gatilho' fosse 10% e não 12%

O difícil consenso

■ 'Seguro contra a inflação' só saiu na 25ª hora

FRANKLIN MARTINS

Somente horas antes da reunião com sindicalistas e empresários anteontem, o governo conseguiu unir-se em torno de um leque de propostas e definir uma estratégia comum para enfrentar a questão salarial. Até a noite de terça-feira, na reunião no Palácio do Planalto, ainda existiam fortes divergências entre a equipe econômica e a área política — a primeira, refratária a qualquer concessão adicional; esta, pedindo maior flexibilidade na negociação. Depois de muita discussão, marcada inclusive por alguns diálogos duros, terminou prevalecendo a posição das lideranças políticas, mas não se chegou a bater o martelo.

Isso só foi feito no dia seguinte, pouco antes da mesa redonda com os sindicalistas. Ficou acertado que o governo procuraria, ao máximo, arrancar um acordo em torno de algumas propostas escalonadas de reajuste mensal de

acordo com as faixas salariais, mas, se isso fosse impossível, anunciaria o veto ao projeto dos 100% mensais aprovado na Câmara e bancaria unilateralmente o seguro contra a inflação.

Essa proposta, concebida pelo secretário de Previdência Social, Luciano Patrício, um dos técnicos do governo com maior experiência em matéria salarial, previa inicialmente que o seguro contra a inflação cobriria a parcela dos salários acima de uma taxa inflacionária de 12%. Acabou modificada a pedido do líder do governo na Câmara, Roberto Freire (PPS-PE), que sugeriu 10%. "Historicamente vem se falando que uma inflação de um dígito é razoável num país como o Brasil, nas circunstâncias atuais. Devíamos então disparar o seguro, sempre que ela ultrapassasse esse patamar. Politicamente 10% é melhor que 12% e, em termos econômicos, não faz muita diferença", argumentou o líder. A proposta foi aceita com uma ressalva: só seria adotada se houvesse impasse nas negociações.